

28 AGO 2004

CONFIANÇA

Dívida cai a 55,3% do PIB

Pública
PERCENTUAL É MENOR DESDE ABRIL DO ANO PASSADO, QUANDO PAÍS COMEÇOU A SE RECUPERAR DA INCERTEZA DOS INVESTIDORES INTERNACIONAIS COM A ELEIÇÃO DE LULA

A relação dívida/PIB caiu para 55,3% em julho e atingiu o menor patamar desde abril de 2003, época em que o país começava a se recuperar da crise da confiança no mercado financeiro por conta da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial. A dívida fechou o ano passado em 58,2% do PIB. Neste ano, a equipe econômica promete reduzir a dívida pública pela primeira vez em diversos anos.

“O endividamento público vem já apresentando reduções consideráveis nos últimos meses e neste mês de julho especificamente a dívida líquida do setor público atingiu um patamar bastante razoável”, segundo avaliação do chefe do departamento econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Em julho, a dívida líquida do setor público consolidado ficou em R\$ 945,659 bilhões (55,3% do PIB). No mês anterior o saldo da dívida era de R\$ 948,243 bilhões (56% do PIB).

O chefe do departamento econômico do BC fez previsões ainda mais otimistas para o mês de agosto. “Se nós considerarmos a taxa de câmbio que temos ago-

ra, uma taxa de R\$ 2,95 por dólar, a estimativa de relação dívida/PIB para o mês de agosto é da ordem de 55,2%. Estaria estável num patamar razoável”. No final do ano, entretanto, o BC acredita que a relação dívida/PIB esteja em torno de 57%.

Lopes explicou que os resultados são fruto da menor exposição ao dólar. “Hoje para cada 1% da variação no câmbio, essa dívida tem uma variação de 0.16 ponto

percentual. (...) Em comparação, quando se toma a sensibilidade da dívida há um ano, essa sensibilidade era de 0,25 ponto percentual”, afirmou. Altamir Lopes também apontou a redução da trajetória da taxa de juros básicos como outro fator a melhorar o perfil da dívida.

O setor público (União, Estados, municípios e estatais) registrou um superávit primário (receita menos despesas, excluídos

os gastos com juros) de R\$ 52,8 bilhões nos primeiros sete meses deste ano. A economia de recursos feita para o pagamento de juros é equivalente a 5,59% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano, a meta do governo é economizar R\$ 71,5 bilhões, ou 4,25% do PIB. O superávit primário é o que o país deixa de gastar para pagar os juros da dívida pública.

Em julho, o superávit primário somou R\$ 6,614 bilhões,

abaixo dos R\$ 7,915 bilhões economizados no mês anterior. O superávit costuma cair no desenrolar do ano porque nos primeiros meses o governo ainda está planejando os gastos. Naquele mês, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) contribuiu com um superávit primário de R\$ 4,047 bilhões para o resultado consolidado, enquanto os governos estaduais e municipais fizeram uma economia de R\$ 1,394 bilhão e as empresas estatais tiveram um superávit de R\$ 1,173 bilhão.

No acumulado do ano, a economia foi resultado de um superávit primário de R\$ 39,633 bilhões do governo central, de R\$ 11,576 bilhões dos governos regionais e de R\$ 1,587 bilhão das empresas estatais.

Em julho, os gastos com juros nominais somaram R\$ 10,375 bilhões. Portanto, o resultado primário obtido pelo setor público consolidado, de R\$ 6,614 bilhões, não foi suficiente para cobrir toda a despesa com juros do mês, o que resultou em um déficit nominal (receita menos despesas, incluindo os juros) das contas públicas de R\$ 3,761 bilhões no período.



Altamir Lopes, do BC, faz previsão otimista para a dívida pública

Gervásio Baptista/ABR